SETI/PTG
Fl. 06
Rúbrica

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PROGRAMA UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS - **USF**
UNIDADE GESTORA DO FUNDO PARANÁ – **UGF**

1. ÁREA PRIORITÁRIA

Selecione **uma** das áreas listadas, entre aquelas aprovadas pelo CCT – PARANÁ, na qual o projeto se enquadre, acessando o link : http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15 e informe abaixo:

Área Prioritária: ____ Ciências e Tecnologias Agrárias e Agronegócio ou Indústria Alimentar _____

1.1 Subprogramas USF

Subprograma:_____ Apoio à Produção Agroecológica Familiar _____

2. TÍTULO DO PROJETO

SELO SOCIOAMBIENTAL "PRODUTOS DA AGROFLORESTA FAXINALENSE": CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA E EMPODERAMENTO JURÍDICO PARA A INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES RURAIS FAXINALENSES DO PARANÁ.

3. VALOR TOTAL DOS RECURSOS SOLICITADOS AO FUNDO PARANÁ		
Outras despesas de CUSTEIO	INVESTIMENTOS	Total
R$ 80.220,00	**R$ 2.280,00**	**R$ 82.500,00**

4. ESTIMATIVA DE PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO
Duração: (X) 12 meses ( ) 24 meses ( ) 36 meses
Início: A partir da data da assinatura do Termo Jurídico.

5. INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Sigla/denominação: UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
CNPJ: 80.257.355/0001-08
Natureza Jurídica: Autarquia – Ensino Superior
Rua: Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas
CEP: 84030-900
Cidade/Estado: Ponta Grossa - Paraná
Telefone e Fax: (42) 3220 3300 fax (42) 3220 3312
e_mail: uepg@uepg.br

6. REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: Carlos Luciano Sant'Ana Vargas
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação):1126784-0
CPF: 352.921.309-82
Endereço residencial: Rua Dr. Francisco Burzio, 199
CEP: 84010-200
Cidade/Estado: Ponta Grossa PR
Telefone residencial: 42- 32242575
e_mail particular: clvargas@uol.com.br

7. COORDENADOR TÉCNICO/CIENTÍFICO DO PROJETO

Nome: Nicolas Floriani
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 6.094.153-0
CPF: 997.207.799-34
Formação profissional: Eng. Agrônomo
Titulação (graduação e pós-graduação): Eng. Agrônomo e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Telefone(s), celular e Fax: (42) 99 10 22 32 (42) 32 24 16 25
Endereço residencial: Rua Bortolo Moro, 103
CEP: 84.050-250
Cidade/Estado: Ponta Grossa
e_mail: florianico@gmail.com e nicolas@uepg.br

SETI/PTG Fl. 04 Rubrica

8. RESPONSÁVEL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO

Nome: Amaury dos Martyres
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 1.467.320
CPF: 287.844.569-49
Formação profissional: Economista
Titulação (graduação e pós-graduação): Especialista
Telefone(s), celular e Fax: (42) 3220-3239
Endereço residencial: Rua Victor Malucelli, 19 – David Federmann
CEP: 84.031-430
Cidade/Estado: Ponta Grossa/Paraná
e_mail: amartymes@uepg.br

9. RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO DO ÓRGÃO (Quando for o caso)

Nome: Marilisa do Rocio Oliveira
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 2.238.012
CPF: 410.041.409-91
Formação profissional: Administração e Ciências Contábeis
Titulação (graduação e pós-graduação): mestre
Telefone(s), celular e Fax: (42) 9972-5054
Endereço residencial: Rua Otávio de Carvalho, 740 – Jardim Carvalho
CEP: 84.015-500
Cidade/Estado: Ponta Grossa/Paraná
e_mail: marilisa@uepg.br

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA DO PROJETO

(Criar mais quadros, se necessário)

10. INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Sigla/denominação: Casa Latino-americana
CNPJ: 78944642/0001-36
Natureza Jurídica: ONG sem fins lucrativos
Endereço Comercial: Rua João Manuel, 96
CEP: 80510-250
Cidade/Estado: Curitiba/Paraná
Telefone e Fax: (41) 30 13 7570
e_mail: casla@casla.com.br

11.1 REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Nome: Gladys de Souza Sanchez
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): W641391-2
CPF: 689980239-20
Formação profissional: Médica
Titulação (graduação e pós-graduação): Pediatra
Telefone(s), celular e Fax: (41) 3356 7513
Endereço residencial: Rua dos Ipês, 180
CEP: 82.700-380
Cidade/Estado: Curitiba/PR
e_mail: gladys@casla.com.br

SETI/PTG
FL. 08
Rúbrica

11. INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Sigla/denominação: Ministério Público do estado do Paraná
CNPJ: 78206307/0001-30
Natureza Jurídica: Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
Endereço Comercial: Rua Marechal Hermes, 751
CEP: 80.530-230
Cidade/Estado: Curitiba/Paraná
Telefone e Fax: (41) 3204-0000
e_mail: mp@pr.gov.br

11.1 REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Nome: Saint-Clair Honorato Santos
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 787847-8 SSP-PR
CPF: 160908029-72
Formação profissional: advogado
Titulação (graduação e pós-graduação): Procurador de Justiça do estado do Paraná
Telefone(s), celular e Fax: (41) 91541114
Endereço residencial: Av. Iguaçu 470
CEP: 80230-020
Cidade/Estado: Curitiba/Paraná
e_mail: scsantos@mppr.mp.br

12. Equipe do projeto (recursos humanos)

N°	Nome	Instituição	Formação	Função no projeto	e_mail	Telefone (fixo e celular)
1	Nicolas Floriani	UEPG	Eng. Agronomo	Coordenador	florianico@gmail.com	(42) 99 10 22 32 (42) 32 24 16 25
2	Andrea Mayer Veiga	CASLA	Eng. Agrônoma	Equipe Técnica	andreamayerveiga@gmail.com	(41) 97165502
3	Maria Fernanda Cherem	CASLA	Bióloga	Equipe Técnica	mfernandacherem@gmaii.com	(41) 96560792
4	Saint-Claire Honorato dos Santos	Ministério Público Paraná	Advogado	Colaborador	scsantos@mppr.mp.br	(41) 91541114
5	Dimas Floriani	MADE-UFPR	Sociológo	Colaborador	floriani@ufpr.br	(41) 96728856
6	Rosemeri Segecin Moro	UEPG	Biólogo	Colaborador	moro.uepg@gmail.com	(42) 98457294
7	Marilisia do Rocio Oliveira	UEPG	Administrador	Colaborador	proex@uepg.br	(42) 99725054
8	Tiago Agusto Barbosa	UEPG	Geógrafo	Colaborador	tiagoaugustobarbosa@gmail.com	(42) 84261423
9	Nadia Pacher Floriani	CASLA	Advogado	Colaborador	nadia@casla.com.br	(41) 92475204
10	Gladys Rennée de Souza Floriani	CASLA	Médica	Colaborador	gladys@casla.com.br	(41) 3013 7570
11	Miguel Baez	SEED-PR	Educador	Colaborador	miguelaab@bol.com.br	(41)92357643
12	Bolsista recém formado					
13	Bolsista recém formado					
14	Acadêmico					

13. Descrição do Projeto.

Em comum, os habitantes das comunidades rurais tradicionais reproduzem práticas agrossilvipastoris específicas baseadas em um saber-fazer aderido às dinâmicas ecossistêmicas locais; práticas simbólicas que reforçam a reciprocidade entre os indivíduos; e práticas institucionais consuetudinárias de gestão coletiva dos bens naturais. Esses elementos socioculturais configuram patrimônios paisagístico-territoriais *sui generis,* que dão sentido às suas identidades socioterritoriais, isto é, às suas territorialidades.

De uma maneira geral, as territorialidades rurais latino-americanas apresentam aspectos convergentes no que tange à: i) formas de organização socioterritorial: ambas populações tradicionais em foco apresentam íntima relação de dependência com os bens naturais, cujos esquemas de manejo

e uso da diversidade agroflorestal ocorre sob regime compartilhado, isto é, dos recursos comuns; ii) formas de resistência e adaptação ao processo de modernização e expansão das relações de produção capitalista sobre realidades rurais: os conflitos pelo uso e apropriação da natureza entre atores sociais com distintas racionalidades (agricultores familiares, empresas, poder público , Ongs, sindicatos, e academia) produzem diferentes (re)arranjos socioterritoriais - dentro e fora do grupo de agricultores tradicionais - com repercussões em nível de representações, práticas e saberes de natureza (FLORIANI E BARRERA-BASSOLS, 2016).

Da mesma maneira que em outras regiões latino-americanas, o espaço rural paranaense testemunha, atualmente, inúmeros e recentes conflitos sociais decorrentes da expansão das relações de produção capitalista sobre os territórios tradicionais, que, no seu conjunto, abrangem as comunidades que habitam diferentes ecossistemas no estado do Paraná: nas florestas e praias litorâneas (indígenas, caiçaras, pescadores artesanais, quilombolas), nas florestas e campos dos planaltos (indígenas, faxinalenses e quilombolas) do estado do Paraná.

Destaca-se, ademais, o surgimento de novos atores sociais no espaço rural que incidem com suas práticas nos antigos territórios: *figuram atualmente como atores externos no meio rural paranaense, desde os neorurais proprietários de chácaras de laser às empresas transnacionais que se instalam e estabelecem contratos de uso dos recursos naturais e sociais comunitários; evidencia-se também* o expressivo aumento de igrejas protestantes que introduzem novos hábitos e padrões comportamentais (fundamentados no individualismo e na apropriação privada dos bens comuns) provocando cisões nas comunidades, em detrimento de práticas sociais consuetudinárias de reciprocidade, com origem no catolicismo rústico, tais como os puxirões e as festividades (FERREIRA E FLORIANI, N. 2015; FLORIANI, CARVALHO, STRACHULSKI E FLORIANI, 2011).

Igualmente, os saberes e práticas vernaculares da agrobiodiverisade e da medicina popular vêm sendo paulatinamente transformados e, ou substituídos, gerando, por sua vez, uma relativa dependência por produtos e tecnologias industriais, seja nas práticas alimentares, nos cultivos agrícolas, e nas práticas da cura. Com isso, presencia-se um aumento no consumo de alimentos industrializados, de remédios alopáticos, de agrotóxicos e adubos sintéticos pelas famílias rurais, que se deslocam frequentemente às sedes dos municípios ou às cidades-pólo, à procura de serviços médico-farmacológicos e outros serviços básicos. (FLORIANI, N. et al, 2016).

Esses são alguns dos sintomas da perda da segurança alimentar, autonomia tecnológica e viabilidade econômica dessas comunidades. Tais sintomas revelam um processo profundo de transformação do modo de vida rural que vem a desvelar um quadro conflitivo entre racionalidades, entre visões de ruralidade e estilos de desenvolvimento. Os conflitos sociais no campo entre essas comunidades e os antigos e novos atores sociais antagônicos revelam, portanto, o processo histórico de disputa pelos usos e apropriação do território e seus patrimônios (FLORIANI, D.; MELLINGER; HALISKI e FLORIANI, N., 2014).

Tais conflitos socioambientais, exprimem um duplo processo de expropriação das condições materiais e culturais de existência e de trabalho dessas populações, implicando a perda progressiva da diversidade das formas de relacionamento desses grupos com a natureza (VIEIRA e BERKES, 2004). No seu extremo, tais conflitos derivam em fissuras internas entre os moradores, podendo no limite provocar a desintegração da comunidade e a perda do patrimônio socioterritorial.

Por outro lado, o cenário de desestruturação socioespacial em que vivem essas populações levou à mobilização e organização das comunidades rurais tradicionais, evidenciando-se uma reação às tentativas de impedir a observância dos direitos territoriais, fazendo com que estas se mobilizem e

SEMA/PTG 09 Rubrica

se organizem em torno de seus direitos para enfrentar as situações que lhes são adversas (SHIRAISHI NETO, 2009).

Assim, novos atores sociais do campo começam a apresentar-se como projeto alternativo de ruralidade: pescadores artesanais, caiçaras, pantaneiros, quebradeiras de coco, etc passam a demandar do estado o reconhecimentos de seus direitos socioterritoriais, de maneira que No ano de 2006, as Comunidades e Territórios Tradicionais passam a ser reconhecidos e definidos com da instituição a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/07), como

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)[1].

Nessa recente conjuntura política, em 2007, com o intuito de realizar um inventário da situação socioeconômica e ambiental dos territórios tradicionais no estado do Paraná, realiza-se, com o apoio do Instituto de Terras e Cartografia e Geografia (ITGG), o projeto 'Cartografia Social'. Dados relativos à Regularização Fundiária e Cidadania, Cadastro de Imóveis Rurais, Mapeamento Sistemático e o Zoneamento Ecológico-Econômico, aparecem como temas centrais para atender reivindicações históricas feitas pelos faxinalenses, caiçaras e quilombolas.(ITCG, 2015).

Ganhar visibilidade social para garantir a reprodução de suas territorialidades passou a constituir um projeto coletivo das populações tradicionais, apoiadas por distintos atores sociais: setores da Universidade Pública, ligados à pesquisa-extensão, setores do poder público (Instituto Ambiental do Paraná, Promotoria do Meio Ambiente, Instituto de Terras e Cartografia, Instituto de Colonização e Reforma Agrária), ONGs socioambientais e sindicatos de agricultores; todos eles engajados no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais e na efetivação de estratégias de desenvolvimento socioambiental – que inclui formas alternativas de produção e comercialização, baseadas no paradigma agroecológico - e regularização fundiária dos territórios.

De fato, no discurso desses novos sujeitos de direito aparece como um dos temas centrais a reprodução da agrobiodiversidade do Território Tradicional como elemento indissociável à reprodução de sua identidade; especificamente, a Floresta Manejada (Agrofloresta tradicional) aparece como elemento comum entre essas comunidades; coletivamente apropriada, figura como símbolo da reprodução sociocultural do modo de vida tradicional. No caso de populações tradicionais paranaenses que habitam a Região dos Faxinais e onde se inserem também muitas comunidades paranaenses remanescentes de quilombolas[2], o imaginário da floresta-território pode ser

[1] A **Política Nacional de** Desenvolvimento Sustentável dos **Povos e Comunidades Tradicionais** (PNPCT), que por meio de uma Comissão Nacional criada em 13 de julho de 2006 - composta por quinze representantes de órgãos e entidades de administração pública federal e quinze representantes de organizações não-governamentais. O referencial jurídico que trata da questão dos direitos das populações tradicionais tem como suporte a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004, como povos e comunidades tradicionais, observando o Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, os arts. 215, 216, 225, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, bem como artigo 68 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e artigos 190 e 191 da Constituição do Estado do Paraná e demais dispositivos jurídicos que tratam do tema.

[2] A formação socioespacial da região dos Faxinais comporta em sua matriz etnogeográfica a conformação de diversas populações: indígenas (indígenas dos planaltos meridionais kaingangs, xoklengs e xetás fortemente reprimidos e expropriados de suas terras), negros (fugidos das grandes fazendas de gado dos Campos Gerais) e caboclos (incluindo nesse componente etnico não somente os descendentes de portugueses com os indígenas, mas também os cafusos e aqueles

interpretado como um símbolo organizador da reprodução socioeconômica da comunidade rural, elemento de resistência de suas territorialidades frente ao projeto modernizador do mundo rural.(FLORIANI, N. et al, 2016; SKEWES; SILVA).

Em outros termos, fala-se do reconhecimento do direito das comunidades tradicionais e agricultores familiares *"ao acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios, de maneira a promover a valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional"* (MOA, MMA e MOS, 2009, p. 13).

Poder público e academia se vêm, pois, impulsionados pelas demandas sociais a desenvolver mecanismos de representação daquelas realidades, forçando os muros quase herméticos dessas instituições a se tornarem permeáveis. Tais demandas seriam agora pautadas pelas políticas públicas, sofrendo, contudo, interpretações e traduções em conformidade às estruturas democrática e do pensamento científico, cujo reflexo estaria *coadunariam em 2013 na instauração da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná (***Lei Estadual 17425/2012***), semelhante à criada em 2006 na esfera nacional. Nessa estrutura representativa (o colegiado com função deliberativa, consultiva e fiscalizadora), 12 representantes de populações tradicionais figuram como porta-vozes desses* novos atores sociais do campo.

No último decênio, a partir de 2003, por conta da conjuntura política favorável aos movimentos sociais do campo, o engajamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário abre-se para a construção de uma política convergente para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Assim, esse processo envolveu mediações e articulações políticas mais complexas, pois a partir desse momento os atores começaram a influenciar as propostas de acordo com suas demandas: programas como PRONAF Agroecologia, Brasil Agroecológico, Cultivares Crioulas, Mulheres Rurais, ATER Povos e Comunidades Tradicionais geraram grandes embates políticos, e rupturas na forma de construção das políticas relacionadas à agricultura familiar.

Essa conjuntura política convergiu, em 2012 na criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), significando a abertura de espaços no que tange à representatividade de interesses diversos no Âmbito político institucionalizado para a construção dessa política. Em 2013, após amplo debate com setores da sociedade civil organizada (congregados na Associação Nacional para a Agroecologia – ANA) institui-se O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi instituído assinada pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Social e Combate a à Fome, do Meio Ambiente, da Pesca e Aquicultura, da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Fazenda.

Dentre as metas da PLANAPO, figuram: Promoção da ATER para a transição de sistemas sustentáveis de produção; fortalecimento de rede de pesquisa com disponibilização de tecnologias agroecológica; promoção da formação agroecológica com ênfase na agroecologia para agricultores/as, jovens e técnicos de Ater; apoio a 30 redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica de agricultores familiares; Apoiar a conservação, multiplicação, disponibilização, distribuição e comercialização de sementes e mudas crioulas e varietais; apoio a promoção e comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos; ampliação da participação dos produtos orgânicos e

SEMPA/PG
FL. 12
Rubrica

caboclos casados com os imigrantes eslavos que chegam à região a partir do final do século XIX) que foram há cerca de 150 anos uma categoria social de camponeses posseiros – em terras devolutas do Estado - habitando as matas dos planaltos meridionais, invisibilizados pelas oligarquias econômicas quando impõe sistematicamente políticas de modernização e civilização dos sertões 'despovoados' ou povoados pelos 'bugres'.

SETTI PTG
Fl. 122
Rubrica

agroecológicos em mercados locais, regionais e institucionais (BRASIL/MDA, 2016).

Não obstante, em que pese os recentes avanços do reconhecimento dos direitos sociais e territoriais dessas populações e o incentivo à conversão ao modelo de produção agroecológico - mesmo em instâncias do sistema jurídico e dos organismos democráticos formais - mecanismos institucionais pouco eficazes e de curto alcance não têm permitido às populações rurais vulneráveis a usufruírem plenamente desses direitos e o acesso às políticas públicas promotoras do desenvolvimento rural. Ora, na contramão de outros países europeus e mesmo latino-americanos, o Brasil mostra retrocesso na política agrária, figurando como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e o segundo produtor de monococultivos transgênicos (OLIVEIRA, 2009; NORDER, 2014; HOFMANN, 2014).

Ademais, cabe destacar que o hermetismo dos sistemas técnicos (jurídicos, econômicos, agronômicos, entre outros), especificamente, no que tange ao sistema técnico-jurídico impede que esses atores consigam compreender a lógica e a dinâmica dos dispositivos legais, de forma que lhes é impedida, em primeira instância, sua inclusão social. Essas barreiras institucionais formais mostram-se presentes tanto na escala nacional como regional e local. E, sobretudo, nestas duas últimas escalas, onde os atores sociais antagônicos têm ocupado posições privilegiadas na tomada de decisão, impondo suas demandas sobre os projetos coletivos dessas comunidades.

Por outro lado, pensar a reprodução socioterritorial dessas comunidades rurais tradicionais - que apresentam como traço cultural essencial a indissociabilidade das dimensões sociais, econômicas e ecológicas - requer pensar projetos e iniciativas socioambientais alternativas ao modelo de modernização hegemônico e homogeneizador do espaço rural. Tais ações alternativas devem ser capazes de agenciar as particularidades daquelas dimensões, equacionando as diferentes modalidades de acesso aos recursos de uso comum (tais como as florestas e as águas), às práticas produtivas ecologicamente sustentáveis, à equidade social, e à viabilidade econômica.

Este novo entendimento de rural exige uma nova abordagem de desenvolvimento, ganhando especial relevo o papel dos agricultores, que passam, conforme Schneider (2004)

> [...] a orientar suas práticas produtivas não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional mas, crescentemente, para o modelo de um agricultor-camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, controla e gestiona processos, enfim, decide sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista. (SCHNEIDER, 2004).

Assim, a noção de Desenvolvimento deve ser concebida como expansão de liberdades substantivas (SEM, 2010) entendido como expressão dos processos qualitativos histórico-culturais-espaciais, centrados em valores éticos que fundamentem as relações socioambientais (VEIGA, 2010). Em última instância, conforme Veiga (2010):

> [...] o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não pode se limitar aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade estamos na presença de uma coevolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas (VEIGA, 2010, p. 10)

Jogam, portanto, papeis fundamentais para a nova abordagem qualitativa de das dimensões plurais do desenvolvimento as disposições sociais (contrato social) que envolvam muitas instituições (o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público, os foros de discussão, entre outros) podem contribuir para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como **agentes** ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios (SEM, 2010, p. 11, grifo nosso).

O papel do agente de desenvolvimento, conforme LAVÔR et al (2015), é aquele do articulador,

não só de ações de crescimento econômico, mas, também, como um educador (ecoformador) que possa agregar ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, no qual são articulados os níveis de capitais social e natural das comunidades com o poder público:

SEMA/PTG
Fl. 13
Pública

> [...] o capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida), o capital social (os níveis de confiança, cooperação, organização social e os níveis de poder da população local), o papel do governo no plano municipal (a capacidade gerencial do governo local e os níveis de participação e controle social) e o uso sustentável do capital natural (ambiente – abiótico e biótico) são ferramentas indispensáveis para se ter um articulador comprometido com o desenvolvimento local. (LAVÔR et al, 2015).

Destaca-se nessa lógica que o conceito de Novos de Arranjos Institucionais figura como dispositivo agenciador de estratégias de desenvolvimento e inclusão social local. Conforme VIEIRA e BERKES (2004), apoiado no princípio de subsidiariedade – em contraposição ao princípio de centralização burocrática dos processos decisórios - a existência destes novos arranjos institucionais mostram as relações de interdependência entre diversos atores sociais, envolvendo os níveis comunitário, microrregional, regional e nacional.

Portanto, pensar o Desenvolvimento Rural Sustentável exige pensar um novo paradigma para os saberes científicos e as práticas institucionais formais de representação política. Um paradigma baseado no pensamento complexo que seja capaz de interconectar as dimensões da sustentabilidade pensadas e praticadas desde diferentes óticas e segundo os diversos atores sociais envolvidos nesse processo, possibilitando ampliar e tornar mais permeáveis e participativos os processos decisórios e de governança, em diferentes escalas e dimensões.

Ora, o modo de viver e de habitar faxinalense apresenta-se como projeto alternativo ao modelo urbano-industrial ancorado na estrita racionalidade econômica, por assentar-se em estilos culturais fundamentados na solidariedade comunitária das relações humanas e na indissociabilidade destas com os coletivos-não humanos (o ecossistema florestal). Com efeito, a agrofloresta faxinalense exprime e sintetiza essa relação socioambiental sendo valorizada pelo projeto agroecológico ao redirecionar os saberes-fazeres locais às dimensões da sustentabilidade.

Nesses termos, a partir da problemática ora evidenciada, o projeto "SELO SOCIOAMBIENTAL "PRODUTOS DA AGROFLORESTA FAXINALENSE": CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA E EMPODERAMENTO JURÍDICO E CULTURAL PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS DO PARANÁ" tem como finalidade o empoderamento e a inclusão social das comunidades rurais faxinalenses que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioterritorial, de maneira a permitir a viabilização de alternativas socioculturais ao modelo modernizador do espaço rural paranaense que produziu e vem produzindo profundas desigualdades regionais, relegando as populações tradicionais rurais à margem do processo de desenvolvimento socioespacial.

13.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

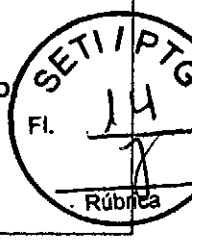
*(O **Objetivo Geral** é a ação macro que se quer alcançar. E os **Objetivos Específicos** são as ações fracionadas, para se alcançar o Objetivo Geral).*

Do exposto, o projeto tem como objetivo principal:

a) Promover a capacitação sociotécnica e o empoderamento jurídico e econômico de comunidades tradicionais faxinalenses do Estado do Paraná por meio da criação do Selo socioambiental "produtos da agroflorestal faxinalense", de modo a viabilizar propostas concretas de inclusão social para o desenvolvimento sustentável dessas coletividades em situação de vulnerabilidade socioterritorial.

Em outros termos, figuram como objetivos específicos do projeto de inclusão social:

b) Promover cursos de capacitação sociotécnica em processamento dos produtos alimentícios não madeiráveis da agroflorestal tradicional faxinalense;
c) Regularizar contábil e jurídicamente as associações comunitárias;
d) Criar o Selo de Produtos da Agrofloresta Faxinalense e Regulamentar a Certificação
e) Viabilizar de novos circuitos de comercialização solidária



13.3 PUBLICO ALVO

(Mencionar de forma sucinta os beneficiários e a(s) região(ões) de abrangência do projeto).

Especificamente, quatro comunidades rurais tradicionais faxinalenses serão beneficiárias das ações do projeto de empoderamento e inclusão social: Faxinal Sete Saltos (Ponta Grossa), Marmeleiro (Rebouças), Taquari dos Ribeiros (Rio Azul), Faxinal dos Seixas (São João do Triunfo). Tais comunidades serão indicadas pelo movimento social Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses que representa 227 faxinais mapeados entre 2005 e 2008 (SOUZA, 2008). As comunidades indicadas respeitarão também os critérios do presente Edital no que tange aos critérios de baixo IDH, especificamente tratando-se dos indicadores renda e escolaridade. Nesses termos, figuram como possíveis comunidades faxinalenses, que estão situadas em sua maioria na região centro-sul do estado, aquelas situadas nos municípios de Rebouças (Faxinal Marmeleiro), São João do Triunfo (Faxinal dos Seixas) e Campo Largo (Faxinal Sete Saltos). Ademais do critério eletivo e de IDH, estes faxinais encontram-se relativamente próximos das sedes das instituições executora do projeto (UEPG e CASLA).

SETI/PTG
Fl. 15
Rubrica

13.4 METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

(Explicar os procedimentos necessários para a execução do projeto destacando o método, ou seja, a explicação do delineamento do estudo, amostra, procedimentos para a coleta de dados, bem como, o plano para a análise de dados).

Com base em uma racionalidade comunicativa, o esforço de construir estratégias locais de inclusão social deve contar, de início, com alternativas cognitivas de participação e diálogo dos diversos agentes sociais envolvidos (poder público, academia e organizações sociais), em diferentes escalas (do local ao nacional), de maneira a permitir a legitimidade na tomada de decisão e a efetividade da governança compartilhada dos bens da sociobiodiversidade, expressas nos capitais econômico, social e natural dos territórios.

Para tanto, devemos lançar mão de instrumentos e técnicas compreensivos da: Etnoecologias (CAMPOS; 2002; TOLEDO, 2009; ALBUQUERQUE et al, 2011); História Oral (MENESES, 1992; PORTELLI, 1997), do Diagnóstico Rural Participativo (ROCHA e PADILHA, 2004; COELHO, 2005; VERDEJO, 2006), Caracterização dos Sistemas de Produção Agrícola (DUFFUMIER, 2007; FAO e INCRA, 1997), Cartografia Social (HERRERA,2004; IICA, 1997), Dinâmica de Grupos (ROCHA e PADILHA, 2004).

A metodologia deve levar em conta, portanto, instrumentos e técnicas participativas e dialógicas entre as disciplinas científicas e destas com os saberes locais, levando-se em conta as especificidades organizacionais, econômicas, culturais e de gênero das comunidades envolvidas.

Nesses termos, divide-se o projeto, em termos operacionais, em três metas:

Meta 1) o Diagnóstico Rural Participativo (DRP): a universidade na comunidade

Conforme Conway (1994), o DRP congrega uma diversidade de enfoques e métodos dirigidos para que a população local compartilhe, aumente e analise seus conhecimentos sobre a realidade, com a finalidade de planejar e agir sobre ela. O DRP deve permitir a sistematização de informações concernentes à: 1) organização social e caracterização dos modos de apropriação e partilha dos recursos naturais; 2) modos de produzir (análise da organização econômica e tecnológica); 3) identificação e caracterização de conflitos e atores sociais antagônicos; 5) níveis e graus de representação política e formação de redes sociais.

Meta 2) Elaboração e viabilização dos cursos de capacitação sociotécnica em: produção agroflorestal de base ecológica, conservação e manejo do ecossistema florestal e processamento de produtos não-madeiráveis da agroflorestal: a comunidade na universidade

O Ciclo de Aprendizagem Vivencial figura como uma técnica da Dinâmica de Grupo aplicada a Organização de Agricultore(a)s. As estratégias cognitivas devem ensejar, portanto, a formação de um ambiente de aprendizagem onde convirjam várias experiências e saberes segundo óticas diversas: da academia, dos tecnólogos e, sobretudo, dos saberes locais. Parte-se portanto, da ideia de configuração de 'comunidades de aprendizagem' dinamizadas pela prática transdisciplinar, a partir das quais os sujeitos sociais em construção estão envolvidos no processo de aprendizagem recíproca, intercambiando experiências.

A Dinâmica de Grupo é uma ferramenta de abordagem do campo fenomenológico, que possui como finalidade viabilizar as capacidades sociotécnicas de uma dada organização social, a partir das ideias de interação socioemocional do grupo (que pode favorecer ou prejudicar o andamento das tarefas técnicas) e de níveis de tarefas (conjunto de esforços para a produção de resultados em direção aos objetivos definidos). (ROCHA e PADILHA, 2004). O Ciclo de Aprendizagem Vivencial, cujo

objetivo é a aprendizagem e a internalização de novas atitudes e comportamentos frente às possibilidades de inovação de modelos produtivos (técnicas e instrumentos de produção, beneficiamento e estratégias de comercialização) e empoderamento jurídico do grupo (associativismo, cooperativismo, legislação agrária, normas de certificação, acesso a programas específicos de apoio às comunidades tradicionais e agricultores familiares) vão dinamizar as oficinas participativas.

O conteúdo programático do módulo teórico conta com temas ligados à produção agroflorestal de base ecológica, priorizando os produtos da agrobiodiversidade local, processamento e beneficiamento de produtos alimentícios, Legislação e Normas de Produção e Comercialização vegetal e Animal.

SETI/PTC
Fl. 16
Rubrica

A Meta 3) Regularização Jurídica e Contábil das Associações Faxinalenses envolvidas

Esta etapa prevê ações de assessoramento jurídico e contábil a fim de regularizar a situação legal das associações rurais das comunidades faxinalenses envolvidas no projeto. A regularização jurídica e contábil é uma meta de suma importância pelo fato de permitir estabelecer mecanismos contratuais que garantam a preservação dos direitos coletivos e estabelecimentos de normas e obrigações entre as partes envolvidas (os membros da associação, a rede de comunidades associadas e os parceiros institucionais) no desenvolvimento de novos circuitos econômicos, garantindo a distribuição equitativa dos recursos financeiros porventura auferidos com a comercialização dos produtos da agroflorestal de base ecológica.

A Meta 4) Criação do Selo de Produtos da Agrofloresta Faxinalense, Uso de Licenças, certificação participativa, marcas de conformidade

A certificação é um critério importante para estabelecer na relação com os consumidores atentos aos processos produtivos que atendam às normas sanitárias, ambientais, trabalhistas e sobretudo a origem e qualidade. é um processo que permite ampliar mercados, expandir as vendas, diferenciar e qualificar os produtos, desenvolver a confiabilidade dos consumidores. Conforme a Lei 10.831/2003 e o Decreto 6323/2007, Maior regulamentou e estabeleceu regras mais precisas, no que tange à criação do SISOrg (Sistema Brasileiro de avaliação da Conformidade Orgânica): Três Mecanismos de Controle: i) Auditoria externa (organismo público ou privado de avalição da conformidade); ii) Sistemas Participativos de Garantia (entidade jurídica credenciada pelo MAPA); iii)Organizações de Controle Social: permite Venda Direta pelos A.F. sem certificação. Organizações de Controle Social (OCS) – Processo de geração de credibilidade, necessariamente reconhecido pela sociedade, organizado por um grupo de pessoas que trabalham com comprometimento e seriedade. É estabelecido pela participação direta dos seus membros em ações coletivas para avaliar a conformidade dos fornecedores aos regulamentos técnicos da produção orgânica.

Meta 5) Estratégias de Comercialização e criação de circuitos alternativos de Produção e consumo, baseados nos preceitos da 2ª Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016)

Aproximar produtores e consumidores e estimular a compra de alimentos de base ecológica em **Circuitos Curtos de Comercialização** (CCC) são alguns desafios para se criar um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto (DAROLT, 2013). Assim, essa meta deve permite a ampliação da

diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais (feiras, estabelecimentos familiares) e mercados institucionais (PNAE e PAA) a partir do acesso de diferentes e novos arranjos institucionais, tal como prevê a 2ª Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO, 2016).

SETI / PTG
Fl. 14
Rubrica

13.5 PRODUTOS/SERVIÇOS ESPERADOS

(Relacionar neste tópico os produtos, equipamentos, bens, serviços, patentes e/ou registros resultantes deste projeto)

Meta 1) o Diagnóstico Rural Participativo (DRP): a universidade na comunidade;

Esta meta conta com os seguintes produtos e serviços: mapeamentos participativos dos recursos florestais (histórico das limitantes e capacidades ecológicas das áreas manejadas); diagramas e calendários da organização social e econômica (estratégias de manejo e uso dos recursos florestais frente as capacidade produtivas); turnês guiadas (etnocaminhadas) e levantamentos etnobotânicos; levantamento das fortalezas e fragilidades atuais e passadas da organização comunitária (acordos comunitários); elenco dos principais produtos da agrofloresta e possíveis tecnologias de processamento dos produtos agroflorestais ecológicos.

Meta 2) Elaboração e viabilização dos cursos e material didático de capacitação sociotécnica em:

Esta meta conta com os seguintes cursos de capacitação e empoderamento: produção agroflorestal de base ecológica, conservação e manejo do ecossistema florestal; processamento de produtos não-madeiráveis da agroflorestal: a comunidade na universidade; associativismo, geração de credibilidade, organizações de controle social; princípios, normas e certificação participativa; em administração financeira, empreendedorismo e economia solidária.

Meta 3) Regularização Jurídica e Contábil das Associações Faxinalenses envolvidas;

Esta meta conta com os seguintes produtos e serviços: inventário do histórico das associações; análise do regimento e elenco dos principais entraves legais e contábeis; eleição e inclusão de novos membros e estabelecimento de normas, direitos e obrigações entre os membros da associação e com a comunidade e da associação com a rede de comunidades associadas e parceiros institucionais.

Meta 4) Oficinas Participativas para a Criação do Selo Socioambiental "Produtos da Agrofloresta Faxinalense", Uso de Licenças, certificação participativa, marcas de conformidade; e estratégias de Comercialização, comunicação e marketing.

Meta 5) Oficinas Participativas para viabilização de Novos Arranjos Institucionais e Criação de circuitos alternativos de Produção e consumo, baseados nos preceitos da economia solidária;

SETI / PTG
Fl. 18
Rubrica

13.6 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO

(Identificar de que forma os resultados esperados do projeto contribuirão no cenário científico e tecnológico paranaense, brasileiro e mundial).

Os Grupos de Pesquisa envolvidos no Projeto, a saber Interconexões- UEP e meio Ambiente, Sociedade e Cultura – UFPR possuem estudantes bolsistas PIBIC (geografia e biologia) e doutorandos bolsistas do Programa de Pos-Graduação em Geografia (UEPG) e doutorandos em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE-UFPR). O projeto de pesquisa envolverá os líderes dos referidos grupos de pesquisa fornecendo subsídios aos Trabalhos de Conclusão de Cursos em nível de Graduação: Direito, Geografia, Administração, Agronomia, Biologia, bem como aos Trabalhos de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado: nas áreas de Mestrado em Gestão do Território, Doutorado em Geografia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Os resultados esperados em termos de produção acadêmica envolvem desde a elaboração de Artigos e Capítulos de Livro oriundos dos trabalhos de PIBIC e dissertações e teses que envolvem temas relativos à Economia, Desenvolvimento Sustentável, Antropologia, sociologia e Geografia rural. Tecnologias sociais e etnoecologia Florestal.

13.7 CONTRAPARTIDA NÃO FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

(Descrever as ações não financeiras que serão suportadas no projeto pela Instituição Proponente)

Como contrapartida não financeira do projeto, os proponentes parceiros e executor investirão Capital social e tecnológico para a viabilizar:

- Curso de empoderamento e assessoria jurídica: MP-PR CAOPMA e Câmara Jurídica da CASLA.
- Curso de Capacitação sociotécnica em Processamentos Alimentos da Agrofloresta: CASLA
- Curso de Capacitação e Assessoria em Produção em Agrofloresta: Interconexões-UEPG, Pro-reitoria Cultura e Extensão– UEPG, CASLA, APP Sindicato
- Curso de empreendedorismo e planejamento financeiro: UEPG

Infraestrutura e Logística
- Transporte Equipe Técnica e Publico Beneficiado: UEPG
- Cozinha Didática: CASLA
- Alimentação e Material Didático para Curso: MP-PR CAOPMA
- Hospedagem do Público Beneficiado: APP-Sindicato

13.8 LISTAR OS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PROJETO

- Ponta Grossa
- Rebouças
- São João do Triunfo
- Rio Azul

SETI/PR
FL. 19
Rúbrica

13.9 IDENTIFICAR RISCOS QUE PODERÃO PREJUDICAR O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E SUGERIR PLANO DE CONTINGENCIAMENTO

Risco	Plano de Contingência
1. Tempo Hábil	Estender pelo tempo necessário com recursos e capital social das entidades parceiras

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A INSTITUIÇÃO PROPONENTE.

HISTÓRICO INSTITUCIONAL

(Mencionar experiências já vivenciadas pela Instituição Proponente inerentes ao objeto proposto)

O coordenador proponente deste projeto atua na Universidade Estadual de Ponta Grossa como professor adjunto do Departamento de Geociências e como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado, Conceito 4, CAPES). Sua inserção na *Rede Internacional Cultura e educação para a Integração da América Latina* (REDE CASLA-CEPIAL) (http://redecaslacepial.blogspot.com.br/) convergiu com os esforços de 35 anos de atuação da Casa Latino Americana na área dos direitos humanos e cultura de populações da américa latina em vulnerabilidade social. No ano de 2014, a Câmara Jurídica de advogados populares da CASLA ganhou o prêmio nacional Inovare por atuar em defesa dos direitos de imigrantes no Paraná.

Enquanto pesquisador colaborador internacional de projeto em sobre sociobiodiversidade em territórios rurais e tradicionais do Programa ATLAS - Analisis Territorial Local Aplicado y Sustentabilidad (Universidade de Los Lagos, Chile, http://complejidadterritorial.ulagos.cl/seminario-de-investigacion-cartografias-de-la-diversidad-socioterritorial/) e também do Núcleo Transdisciplinario en Estrategias Socio-Ecológicas para las Sostenibilidad de los Bosques Australes (Universidad Austral de Chile, http://www.facso.uchile.cl/agenda/111862/coloquio-etnografia-y-naturaleza-tramas-sociales-y-temporales), o autor da proposta vem construindo relações com os atores sociais do mundo rural: agricultores agroecológicos (Projeto Iguatu: http://www.petrobras.com.br/minisite/ambiental/projetos/iguatu/); faxinalenses (Rede Paranaense de Faxinais: http://faxinais.wordpress.com/), sempre apoiado pela Pro-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da UEPG. Em 2013, conseguiu com o apoio da mesma PROEX aprovar a bolsa produtividade em extensão da Fundação Araucária, tratando do tema "Apoio ao reconhecimentos de Populações Tradicionais e Ruralidades Alternativas no estado do Paraná", liderando o Grupo de Pesquisa "Interconexões: Saberes, Práticas e Políticas de Natureza" (http://gpinterconexoes.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html), chancelado pelo CNPq e no qual participam, os alunos de iniciação científica, de mestrado e de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG.

Além de participar de projetos regionais e internacionais de pesquisa, o pesquisador proponente tem sido coordenador de eventos e nível regional, nacional e internacional no tocante aos temas relativos aos Territórios Tradicionais e Conhecimentos Locais: III CEPIAL realizado na Universidade Federal do Parana (http://cepial.org.br/) no ano de 2012; Encontro Temático da REDE realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná (http://sites.uepg.br/ppgg/Public/publicacao/ANAIS_IV_CEPIAL_X.pdf) no ano de 2013; IV CEPIAL realizado na Universidade de Los Lagos (Sede Osorno, Chile) (http://cepial.ulagos.cl/) em janeiro de

2015; o V° Encontro Temático Internacional da REDE, realizado em junho de 2016 por ocasião do lançamento da coleção bilíngues "Semeando Novos Rumos" da REDE em parceria com a Editora da UFPR (http://www.editora.ufpr.br/portal/5454-2/); em junho de 2017, o autor tem se comprometido a participar do V CEPIAL a ser realizado na Universidade del Cauca (Campus El Pasto, Colombia).

No ano de 2015, realizou um estágio de pós-doutorado propondo como temática de estudo "Saberes, Práticas E Políticas de Natureza em Territórios Agroflorestais Tradicionais: experiências acadêmicas no Brasil e Chile meridionais e na França", a partir do qual foi possível estabelecer novos vínculos internacionais com as referidas instituições chilenas e francesa.

Outro parceiro do Projeto e integrante da REDE CASLA-CEPIAL é o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná que atua desde 1994, a partir do ato de sua criação, em uma ampla gama de temas relativos à proteção do meio ambiente e das populações tradicionais, tal como a regularização fundiária, fiscalização do cumprimento dos planos de manejo florestal, redução de agrotóxico na agricultura e incentivos à conversão agroecológica, por meio de convênios com Universidades e entidades civis.

SETI/PR Fl. 20 Rubrica

15. PLANO DE TRABALHO DO PROJETO

Cronograma de Atividades

Descrição das Atividades			Indicador físico		Duração Prevista (meses)		% Ação no projeto	Total (R$) Custeio*	% Financeiro
Nº	Ações	Etapa	Unidade	Qtde.	Início	Término			
1.	DIAGNÓSTICOS RURAIS PARTICIPATIVOS	1.1 MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS DOS RECURSOS FLORESTAIS (histórico das limitantes e capacidades Ecológicas das áreas manejadas)	Mapa	4	fevereiro	Junho	5,5	5.002,00	8,72
		1.2 DIAGRAMAS E CALENDÁRISO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA (estratégias de manejo e uso dos recursos florestais frente As capacidade produtivas)	Diagrama	4	fevereiro	Junho	5,5	5.002,00	8,72
		1.3 TURNÊS GUIADAS (ETNOCAMINHADAS) E LEVANTAMENTOS ETNOBOTÂNICOS	Turnê	4	Fevereiro	Junho	5,5	5.002,00	8,72
		1.4 LEVANTAMENTO DAS FORTALEZAS E FRAGILIDADES ATUAIS E PASSADAS DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (acordos comunitários)	Diagrama	4	Fevereiro	Junho	5,5	5.002,00	8,72
		1.5 eLENCO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROFLORESTA e possíveis tecnologias de processamwento dos produtos agroflorestais ecológicos	Lista	4	fevereiro	Junho	5,5	5.002,00	8,72
Subtotal							27,78%	25.010,00	30,32%
2	**Regularização Jurídica e Contábil das Associações Faxinalenses envolvidas**	2.1 INVENTÁRIO DO HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÕES	Relatório	4	Fevereiro	Julho	5,5	4.254,00	5,133%
		2.2 ANÁLISE DO REGULAMENTO E ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTRAVES LEGAIS E CONTÁBEIS	Matriz (Grade)	4	Fevereiro	Julho	5,5	4.254,00	5,13%
		2.3 ELEIÇÃO E INCLUSÃO DE NOVOS MEMBROS E ESTABELECIMENTO DE NORMAS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO E COM A COMUNIDADE E DA ASSOCIAÇÃO COM A REDE DE COMUNIDADES ASSOCIADAS E PARCEIROS INSTITUCIONAIS	Relatório	4	fevereiro	Julho	5,5	4.254,00	5,13%
Subtotal							16,6%	12.762,00	15,40%

SETI/DEPROT
Fl. 21
Rubrica

3	PREPARAÇÃO DOS MÓDULOS E MATERIAL DIDÁTICO	3.1 ELABORAÇÃO DE CARTILHAS DO MÓDULO DE EMPODERAMENTO JL ICO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS: FIGURAS JURÍDICAS, GERAÇÃO DE CREDIBILIDADE, ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL	Cartilha	30	março	maio	5,5%	3.950,00	4,78 %
		3.2 ELBORAÇÃO DE CARTILHAS DO MÓDULO ADMINSTRAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	Cartilha	30	março	maio	5,5%	3.950,00	4,78 %
		3.3 ELABORAÇÃO DE CARTILHAS SOBRE PRODUÇÃO AGROFLOREATAL DE BASE ECOLÓGICA E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA	Cartilha	30	março	maio	5,5%	3.950,00	4,78%
		3.4 ELABORAÇÃO DE CARTILHA DO MÓDULO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	Cartilha	30	março	maio	5,5%	3.950,00	4,78%
SUBTOTAL							22,22%	15.800,00	19,15%
4	CURSOS DE CAPACITAÇÃO	4.1 CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA EM PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS DA AGROFLORESTA	Curso	4	junho	Setembro	5,5%	5.000,00	6,66%
		4.2 CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA EM AGROFLORESTA DE BASE ECOLÓGICA: PRINCÍPIOS, NORMAS E CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA	Curso	4	junho	Setembro	5,5%	5.000,00	6,66%
		4.3 EMPODERAMENTO JURÍDICO DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS FAXINALENSES: FIGURAS JURÍDICAS, GERAÇÃO DE CREDIBILIDADE, ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL	Curso	4	junho	Setembro	5,5%	5.000,00	6,66%
		4.4 CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA EM ADMINSTRAÇÃO FINANCEIRA, EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	Curso	4	junho	Setembro	5,5%	5.000,00	6,66%
SUBTOTAL							22,22%	20.000,00	26,66%
5	OFICINAS PARTICIPATIVAS	5.1 ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO SELO SOCIOAMBIENTAL: CRIAÇÃO DA MARCA, REGISTRO, MARKETING	Relatório (resultados da reunião)	2	Setembro	Dezembro	5,5%	4.510,00	5,46%
		5.2 ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE CIRCUITOS ALTERNATIVOS DE COMERCIALIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS, MERCADOS LOCAIS E INTITUCIONAIS,	Relatório (resultados da reunião)	2	Setembro	Dezembro	5,5%	4.510,00	5,47%
SUBOTAL							11,11%	9.020,00	10,93%
TOTAL							**100%**	**82.500,00***	**100%**

* Contabilizado o Custeio em Bolsas de Coordenador, recém-formados e estudante que somam R$ 69.300,00.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Carlos Luciano Sant´Ana Vargas
Reitor

Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

Assinatura do Coordenador do Projeto

SETI / PR
Fl. 22
Rubrica

SETI/PTG
Fl. 23
Rúbrica

16. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO INSTITUCIONAL

Investimento

TERMO DE COMPROMISSO

Na qualidade de representante legal do proponente, estou de acordo com a proposta apresentada e declaro, para todos os fins de direito, conhecer as normas ora fixadas pelo Fundo Paraná, assim como inexistir qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos do Fundo Paraná.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas
Reitor

Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

Assinatura do Coordenador Técnico/Científico do Projeto da Instituição Proponente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos
Amaury dos Martyres
Pró-Reitor

Assinatura do Responsável Administrativo/Financeiro do Projeto da Instituição Proponente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Profª Marilisa do Rocio Oliveira
Pró-Reitora

Assinatura do Responsável pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Instituição Proponente

Assinatura do Representante Legal da Instituição Parceira

Assinatura do Representante Legal da Instituição Parceira

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
QUADRO RESUMO
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

TÍTULO DO PROJETO: SELO SOCIOAMBIENTAL "PRODUTOS DA AGROFLORESTA FAXINALENSE": CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA E EMPODERAMENTO JURÍDICO PARA A INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE RI

INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade Estadual de Ponta Grossa
COORDENADOR: Nicolas Floriani

	Elementos de Despesa		UGF	%
1. Outras Despesas de Custeio	1.1. Diárias	3390.14.00	4.320	5%
	1.2. Passagens e despesas de locomoção	3390.33.00	0	0%
	1.3. Serviços de Consultoria	3390.35.00	0	0%
	1.4. Material de Consumo **NACIONAL**	3390.30.00	0	0%
	1.5. Material de Consumo **IMPORTADO/ USO CONTROLADO**	3390.30.00	0	0%
	1.6. Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3390.36.00	0	0%
	1.7. Bolsas	3390.18.00	69.300	84%
	1.7.1 Auxílio Financeiro - Bolsas	3390.18.00	5.400	7%
	1.8. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390.39.00	1.200	1%
		Subtotal Custeio	80.220	97%
2. Investimentos	2.1. Equipamentos e Material Permanente **NACIONAL**	4490.52.00	2.280	3%
	2.2. Equipamentos e Material Permanente **IMPORTADO**	4490.52.00	0	0%
	2.3. Obras e Instalações	4490.51.00	0	0%
		Subtotal Investimentos	2.280	3%
		Total Geral	82.500	100%

Atender ao disposto no ATO ADMINISTRATIVO N° 01/15/UGF de 27/05/2015 , disponível em: www.seti.pr.gov.br/fundoparaná/atosadministrativos.

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Carlos Luciano Sant´Ana Vargas
Reitor

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/PTG
Fl. 24
Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
1. OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

1.1. CUSTEIO - Diárias

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Destino e Finalidade	Instituição	Quadro Resumo		
					Valor Unitário (R$)	Qtde	Subtotal
3390 1400	1	1.1	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO	UEPG	180	3	540
3390.1400	1	1.2	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO	UEPG	180	3	540
3390.1400	1	1.3	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO	UEPG	180	3	540
3390.1400	1	1.4	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO	UEPG	180	3	540
3390 1400	1	1.5	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO	UEPG	180	3	540
3390.1400	2	2.1	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /Regularização Jurídica e Contábil das Associações Faxinalenses envolvidas	UEPG	180	3	540
3390.1400	2	2.3	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /Regularização Jurídica e Contábil das Associações Faxinalenses envolvidas	UEPG	180	3	540
3390 1400	2	2.3	São João do Triunfo, Rio Azul, Rebouças e Ponta Grossa /Regularização Jurídica e Contábil das Associações Faxinalenses envolvidas	UEPG	180	3	540
						TOTAL	4.320

1.2. CUSTEIO - Passagens e Despesas com Locomoção

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Destino e Finalidade	Meio de Transporte	Instituição	Quadro Resumo		
						Valor Unitário (R$)	Qtde	Subtotal
								0
								0
								0
								0
								0
								0
								0
								0
							TOTAL	0

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Carlos Luciano Sant´Ana Vargas
Reitor

SETI/PTG
Fl. 25
Rubrica

A

1. OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

1.7. CUSTEIO - Bolsas

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Categoria da Bolsa	Instituição	Valor		
					Valor Unitário (R$)	Qtde (Meses)	Subtotal
							0
							0
3390 18 03	1 - 5	1.1 - 5.2	RECÉM-FORMADO	UEPG	2.000	12	24.000
3390 18 03	1 - 5	1.1 - 5.2	ESTUDANTE	UEPG	745	12	8.940
3390 18 03	1 - 5	1.1 - 5.2	ORIENTADOR	UEPG	1.030	12	12.360
3390 18 03	1 - 5	1.1 - 5.2	RECÉM-FORMADO	UEPG	2.000	12	24.000
							0
							0
						TOTAL	69.300

** em conformidade com os valores do Ato Administrativo Nº 01/15 - UGF.*

1.7.1. CUSTEIO - Auxílio Financeiro/Bolsas

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Categoria da Bolsa	Instituição	Valor		
					Valor Unitário (R$)	Qtde (Deslocamentos)	Subtotal
3390 18 00	1	1.1 - 1.5	auxilio financeiro para bolsistas	UEPG	180	30	5.400
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
						TOTAL	5.400

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas
Reitor

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/PTG
Fl. 26
Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
1. OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

1.8. CUSTEIO - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Descrição e Finalidade	Instituição	Valor		
					Valor Unitário (R$)	Qtde	Subtotal
33903963	4	4.1 - 4 4	Material gráfico	uepg	12	100	1.200
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
					TOTAL		1.200

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas
Reitor

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/PTG
Fl. 27
Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
2. INVESTIMENTOS
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

2.1. INVESTIMENTOS - Equipamentos e Material Permanente - NACIONAL

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Descrição e Especificação	Instituição	Valor Unitário (R$)	Valor Qtde	Valor Subtotal
4.4.90.52.40	1	1.3	Trado holandês para amostragem de solo	uepg	970	1	970
4.4.90.52.35	4	4.1 - 4.4	Projetor Datashow	uepg	1.310	1	1.310
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
					TOTAL		2.280

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Carlos Luciano Sant´Ana Vargas
Reitor

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/PTG
Fl. 28
Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇAO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

	ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR PROJETO	*MÊS (ANO 1) 01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	TOTAL	SALDO
3390 1400	Diárias	4.320	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	360	4.320	0
3390 3300	Passagens	0													0	0
3390 3500	Consultoria	0													0	0
3390 3000	Mat. Consumo NACIONAL	0													0	0
3390 3000	Mat. Consumo IMPORTADO	0													0	0
3390 3600	ST Pessoa Física	0													0	0
3390 1800	Bolsas	69.300	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	69.300	0
	Auxílio Financeiro	5.400	900	900	450	360	450	360	360	360	360	360	360	180	5.400	0
3390 3900	ST Pessoa Jurídica	1.200			600				600						1.200	0
4490 5200	Equipamentos e Mat. Permanente NACIONAL	2.280			2.280										2.280	0
4490 5200	Equipamentos e Mat. Permanente IMPORTADO	0													0	0
4490 5100	Obras e Instalações	0													0	0
	TOTAL:	82.500	7.035	7.035	9.465	6.495	6.585	6.495	7.095	6.495	6.495	6.495	6.495	6.315	82.500	0

** Entende-se por mês 1 (um) o mês de início das atividades do projeto.*

*** Definir valores a serem liberados mensalmente ao Projeto (em amarelo)*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Carlos Luciano Sant' Ana Vargas

Reitor

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/PTG Fl. 29 Rubrica